

OS JARDINS SUSPENSOS DA PRAÇA DO FERREIRA DE 1969: documentação de uma obra de paisagismo moderno em Fortaleza, CE.

*THE HANGING GARDENS AT PRAÇA DO FERREIRA, 1969:
documentation of a modern landscape architecture work in Fortaleza, CE.*

*LOS JARDINES COLGANTES DE PRAÇA DO FERREIRA, 1969:
documentación de una obra de paisajismo moderno en Fortaleza, CE.*

Julia Santos Miyasaki

Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAU+D-UFC). Professora na Unichistus, juliamiyasaki@gmail.com.

RESUMO

Este artigo trata do estudo histórico e documentação de uma das primeiras obras paisagísticas modernas executadas em um espaço livre público na cidade de Fortaleza, Ceará. Tem como objeto de estudo a intervenção paisagística efetuada na Praça do Ferreira nos anos de 1968 e 1969, abordando o processo de desenvolvimento do projeto, as questões que envolveram a sua execução e sua forma final. Procura-se, também, situar a elaboração dessa obra no contexto de modernização arquitetônica da cidade, examinando como o desenvolvimento de uma cultura arquitetônica moderna teve impactos sobre a produção paisagística de uma das principais praças da cidade. Este estudo se justifica pela documentação de uma das intervenções paisagísticas modernas mais impactantes da cidade produzindo o levantamento da vegetação empregada na época, assim como a reconstituição gráfica de sua planta baixa com o auxílio de software gráfico. Para tanto, o artigo toma como aporte fontes primárias encontradas em acervos fotográficos e hemerográficos, crônicas, cartões postais, mapas e dados coligidos em entrevistas. Busca-se, assim, contribuir para os estudos da história do paisagismo moderno em Fortaleza e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Praça do Ferreira; paisagismo moderno; Fortaleza.

ABSTRACT

This article deals with the historical study and documentation of one of the first modern landscape works executed in a public open space in the city of Fortaleza, Ceará. Its object of study is the landscape intervention carried out in Praça do Ferreira in the years 1968 and 1969, approaching the project development process, the issues that involved its execution and its final form. It also seeks to place the creation of this work in the context of the city's architectural modernization, examining how the development of a modern architectural culture had an impact on the landscape production of one of the city's main squares. This study is justified by the documentation of one of the most impressive modern landscape interventions in the city, producing a survey of the vegetation used at the time, as well as the graphic reconstitution of its floor plan with the aid of graphic software. To this end, the article uses primary sources found in photographic and hemerographic collections, literary chronicles, postcards, maps and data collected in interviews. Thus, the aim is to contribute to the study of the history of modern landscaping in Fortaleza and in Brazil.

KEYWORDS: *Ferreira Square; modern landscape architecture; Fortaleza.*

RESUMEN

Este artículo trata del estudio histórico y la documentación de una de las primeras obras de paisaje modernas ejecutadas en un espacio público abierto en la ciudad de Fortaleza, Ceará. Su objeto de estudio es la intervención paisajística realizada en la Praça do Ferreira en los años 1968 y 1969, abordando el proceso de desarrollo del proyecto, las cuestiones que implicaron su ejecución y su forma final. También busca ubicar la creación de esta obra en el contexto de la modernización arquitectónica de la ciudad, examinando cómo el desarrollo de una cultura arquitectónica moderna incidió en la producción paisajística de una de las plazas principales de la ciudad. Este estudio se justifica con la documentación de una de las intervenciones paisajísticas modernas más impresionantes de la ciudad, produciendo un levantamiento de la vegetación utilizada en la época, así como la reconstitución gráfica de su planta con la ayuda de un software gráfico. Para ello, el artículo utiliza fuentes primarias encontradas en colecciones fotográficas y hemerográficas, crónicas literarias, postales, mapas y datos recogidos en entrevistas. Así, el objetivo es contribuir al estudio de la historia del paisajismo moderno en Fortaleza y Brasil.

PALABRAS CLAVES: *Praça do Ferreira; paisajismo moderno; Fortaleza.*

INTRODUÇÃO

Os estudos da história do paisagismo moderno em Fortaleza ainda possuem pouca produção bibliográfica. Uma das principais dificuldades que se verifica é a escassez de fontes documentais como projetos, contratos e relatórios de obra, principalmente quando se trata do agenciamento de espaços livres públicos.

Alguns projetos paisagísticos desenvolvidos para a iniciativa privada já foram documentados e estudados, como os de autoria de Roberto Burle Marx por Fernanda Rocha (2015). No que diz respeito aos espaços livres públicos, no entanto, as pesquisas são escassas.

Nesse sentido, é interessante observar que apesar da relevância desses projetos como representantes do paisagismo moderno na cidade, o projeto de paisagismo elaborado para a Praça do Ferreira em 1968, que também era significativo, ainda não havia sido objeto de estudos aprofundados. Tal fato é curioso, uma vez que a Praça ainda é uma das mais importantes da cidade e essa intervenção pode ser considerada um dos marcos iniciais de implementação de um desenho modernista em um espaço livre público em Fortaleza.

Alvo de repetidas intervenções ao longo do século XX até chegar à sua última conformação em 1991, a Praça do Ferreira apresentou configurações que dialogavam diretamente com a ideia de modernidade expressa nas linguagens arquitetônicas que se desenvolveram em edifícios importantes na cidade.

Porém nenhuma dessas intervenções foi menos documentada e mais polêmica do que a executada no final da década de 1960, possivelmente por ter sido vinculada à ditadura militar que vigorava no país na época. Nesse sentido, alguns pontos podem ser levantados como fatores que levaram à essa associação, como o envolvimento direto do Prefeito José Walter, nomeado pelo Governo Militar, e a forma final, que resultou em um espaço bastante recortado, que não propiciava aglomerações para debates políticos, como as que costumeiramente ocorriam no lugar.

Embora não seja possível afirmar que esses fatores tenham sido a causa de um silenciamento sobre o projeto e sua autoria, o fato é que, por muito tempo, pouco se registrou ou se debateu sobre o projeto e sua representatividade no paisagismo moderno, sendo o artigo de José Liberal de Castro, publicado em 1991, mais de 20 anos depois da intervenção, o único relato escrito encontrado durante a pesquisa.

Considerando essas questões, busca-se, nesse artigo, contribuir para a produção de conhecimento sobre a história do paisagismo na cidade a partir da documentação tanto do processo de elaboração, quanto do projeto de paisagismo moderno na Praça do Ferreira a partir da pesquisa em fontes primárias como jornais e entrevistas, assim como o exame da iconografia, como fotografias, cartões postais e mapas.

Para tanto, este artigo se estruturou em três partes. Inicia-se por um breve resgate histórico das reconfigurações efetuadas na Praça. A segunda parte contempla o processo de elaboração do projeto e execução da obra e a terceira, analisa e documenta a intervenção paisagística em si, tendo como uma das principais contribuições o levantamento florístico e a reconstituição gráfica da praça elaborada com o auxílio do software gráfico AutoCAD.

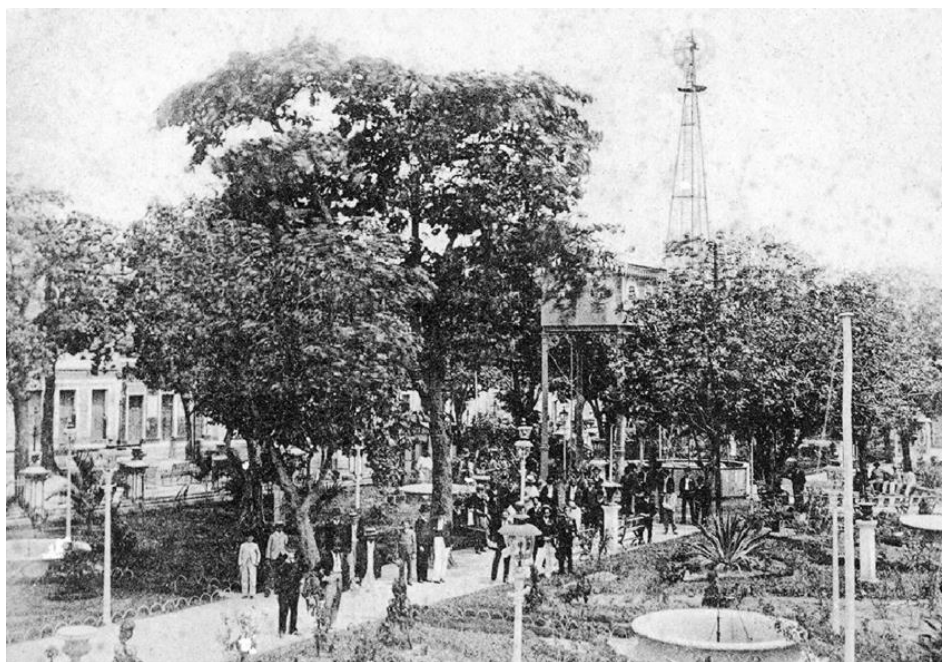
PRAÇA DO FERREIRA: ORIGEM E RECONFIGURAÇÕES PAISAGÍSTICAS

A Praça do Ferreira é um dos espaços livres públicos mais antigos de Fortaleza, localizada no atual Bairro Centro. As primeiras menções ao logradouro datam de 1828, sendo designada oficialmente como praça em 1842, quando houve as primeiras intervenções promovidas durante a gestão de Antônio Rodrigues Ferreira. Ao longo do século XIX, a Praça recebeu diversas denominações, permanecendo, entretanto, a que

homenageia o político supracitado, o qual era mais conhecido por Boticário Ferreira (Figueirôa Silva, 2016).

Em 1902, a Praça recebeu sua primeira intervenção de maior vulto, com a implantação de um jardim público em seu interior denominado Jardim Sete de Setembro. Tal intervenção se coadunava com as concepções paisagísticas da época, de características ecléticas (Figueirôa Silva, 2016)(Figura 1). Esse agenciamento, somado à construção de quatro cafés em seu interior, contribuiu para que o lugar se tornasse o *locus* da sociabilidade de parte da sociedade fortalezense.

Figura 1: Jardim Sete de Setembro na Praça do Ferreira, aproximadamente 1910. Em primeiro plano vê-se dois tanques, em segundo, mais dois tanques e a caixa d'água e no terceiro, o cata-vento.



Fonte: Acervo Nirez

Em 1920, o espaço foi remodelado com a demolição do jardim eclético para a inclusão de uma maior área pavimentada. No ano de 1925, a construção de um coreto contribuiu para que o logradouro continuasse a ser parte ativa da vida social da cidade, desta vez como local de festas e embates políticos. O entorno da Praça, que já não era mais residencial desde 1911 (Andrade, 2012), se tornou um local de concentração de comércios mais sofisticados,

No ano de 1933, a Praça foi novamente reformada, recebendo um traçado de características mais racionalistas, com uma paginação de piso que enfatizava sua longitudinalidade, canteiros em formato retangular com vegetações que apresentavam um aspecto controlado por meio da técnica da topiaria. Porém, a intervenção de maior impacto foi a construção de um monumento no centro do espaço, projetado em linguagem *Art Déco*, conhecido como Coluna da Hora por apresentar quatro relógios, um em cada face (Figura 2).

Figura 2: Coluna da Hora posicionada no centro da Praça do Ferreira. Destaca-se a presença do monumento em meio ao entorno composto por edificações de pequeno porte. Ao fundo, a Rua Pedro Borges e à esquerda a Rua Floriano Peixoto.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Fortaleza

Essa intervenção, efetuada durante a gestão do Prefeito Raimundo Girão, consolidou a centralidade da Praça do Ferreira, a qual passou a ser conhecida como “coração da cidade” (Girão, 1979). As modificações, no entanto, não comprometeram o uso do lugar, que continuou a ser bastante frequentado e passou a concentrar muitos transportes públicos em seu entorno, situação acentuada após a construção do terminal de ônibus conhecido como Abrigo Central, em 1949 (Menezes, 2009).

Essa configuração permaneceu ao longo da década de 1950 até a primeira metade dos anos 1960, a partir de quando começou uma outra intervenção em seu espaço, a qual será examinada a seguir.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO “CORAÇÃO DA CIDADE” NA “PRAÇA DOS JARDINS SUSPENSOS”

Na década de 1960, há o registro de duas tentativas de reforma do logradouro, ambas tidas como importantes para as gestões municipais correspondentes. E para a sua análise, foram utilizadas como fontes primárias as notícias veiculadas no jornal *O Povo* entre os anos de 1966 e 1968 e entrevista¹ realizada com o arquiteto José Neudson Bandeira Braga (1935), dada a ausência de registros oficiais dos projetos.

A primeira tentativa de intervenção no espaço ocorreu durante a gestão do Prefeito Murilo Borges (1913-1982), quando houve a demolição do Abrigo Central no dia 04 de maio de 1966, noticiada pelo jornal *O Povo* (Figura 3).

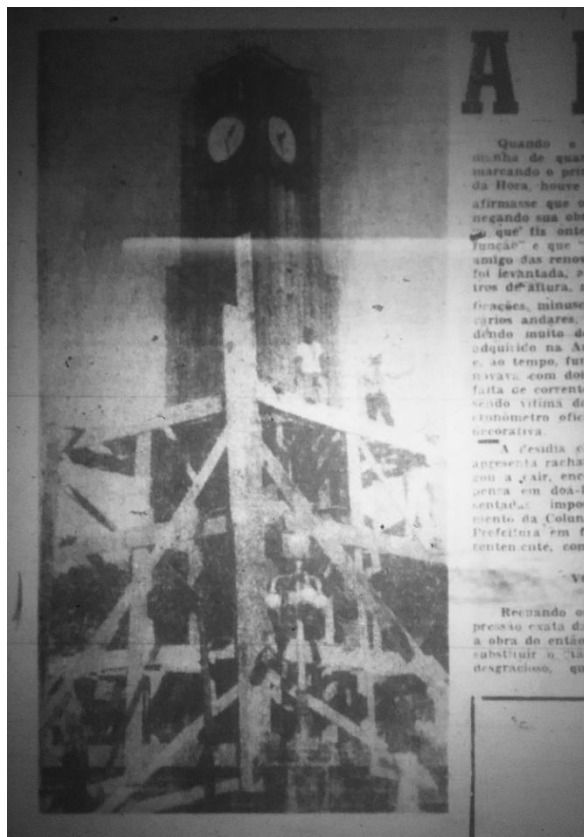
Figura 3: Demolição do Abrigo Central noticiada no jornal O Povo.



Fonte: Jornal O Povo, 04 de maio de 1966

Após a nomeação do Prefeito José Walter Cavalcante pelo governo militar, as obras foram retomadas em 05 de julho de 1967, com a demolição da Coluna da Hora (Figura 4), tendo por justificativa que a estrutura do monumento não suportaria os consertos que lhe seriam destinados.

Figura 4: Demolição da Coluna da Hora noticiada pelo jornal O Povo.



Fonte: Jornal O Povo do dia 05 de julho de 1967

Depois da demolição da Coluna, a praça permaneceu em funcionamento sem o monumento por alguns meses, com o espaço antes ocupado pelo Abrigo Central utilizado como estacionamento. As demolições do monumento e do edifício Art Déco funcionaram como uma ruptura com os signos que ancoravam a memória de uma época e abriam caminho para a construção da imagem de uma Fortaleza sintonizada com as novas formas de pensar a modernidade daquele momento, somando-se ao plano diretor elaborado pela equipe coordenada por Hélio Modesto em 1963 e a arquitetura moderna que vinha sendo construída na cidade desde o final da década de 1950.

O desejo de remodelação da praça mais importante da cidade na época vinha ao encontro de uma cultura arquitetônica modernista que se constituía em Fortaleza, com a atuação de arquitetos cearenses egressos de universidades no Rio de Janeiro e Recife que começaram a atuar junto à Universidade Federal e à iniciativa privada. Eram eles, José Liberal de Castro (1926), Ivan da Silva Britto (1928), José Armando Farias (1927-1974) e José Neudson Bandeira Braga (1935), os quais foram autores de obras representativas da arquitetura moderna na cidade como a sede do Centro de Exportadores do Ceará (1962), o edifício Palácio do Progresso (1964) e a Residência Universitária da UFC (1966).

Tais arquitetos também integraram o primeiro quadro de professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, fundada em 1965. Possivelmente, foi essa conexão com uma nova cultura arquitetônica, mais vinculada às novas formas de expressão da modernidade, que pode ter levado ao contato do Prefeito com a Escola, em 1968, para a elaboração de um projeto de renovação da Praça do Ferreira.

Em artigo, Liberal de Castro (1991, p. 65), relatou o contexto em que ocorreu o contato entre a Prefeitura e a Universidade para a elaboração do projeto da Praça:

Nomeado prefeito da cidade, o engenheiro José Walter Cavalcante encontrou os setores de planejamento físico da municipalidade praticamente desprovidos de quadros técnicos em condições de projetar as obras que tinha em vista [...]
Pouco tempo depois, o prefeito solicitava ajuda da Escola de Arquitetura para a consecução dos seus planos. Em princípio, o pedido foi visto com bons olhos, pois permitia passar-se do ensino à prática [...]. Todavia, surpreendentemente em oposto ao que se supunha, o gestor municipal não desejava um plano geral para a cidade [...]. Decidira agir pontualmente, remodelando a Praça do Ferreira.

Pode-se entender a escolha da Praça como o ponto de partida do conjunto de obras a serem realizadas como um sinal de que o lugar permanecia um dos mais relevantes da cidade. Soma-se a isso, a demanda por uma requalificação do espaço por parte dos proprietários dos hotéis, comércios e equipamentos de lazer, como os cinemas que existiam no entorno.

Ademais, é importante compreender que a opção pela equipe de arquitetos que integrava o quadro docente da recém-criada Escola se deu em um contexto em que a modernização estava vinculada à reorganização do espaço urbano e à modernidade arquitetônica difundida após a inauguração de Brasília. Era o período de despertar do modernismo em Fortaleza, quando já havia se iniciado uma cultura arquitetônica erudita na cidade, muito vinculada à Escola de Arquitetura da UFC, a qual foi se tornando uma importante referência.

Após o convite do Prefeito, foi firmado um compromisso entre a Escola de Arquitetura da UFC e a Prefeitura, mesmo não sendo uma decisão unânime do corpo docente, segundo o Castro (1991).

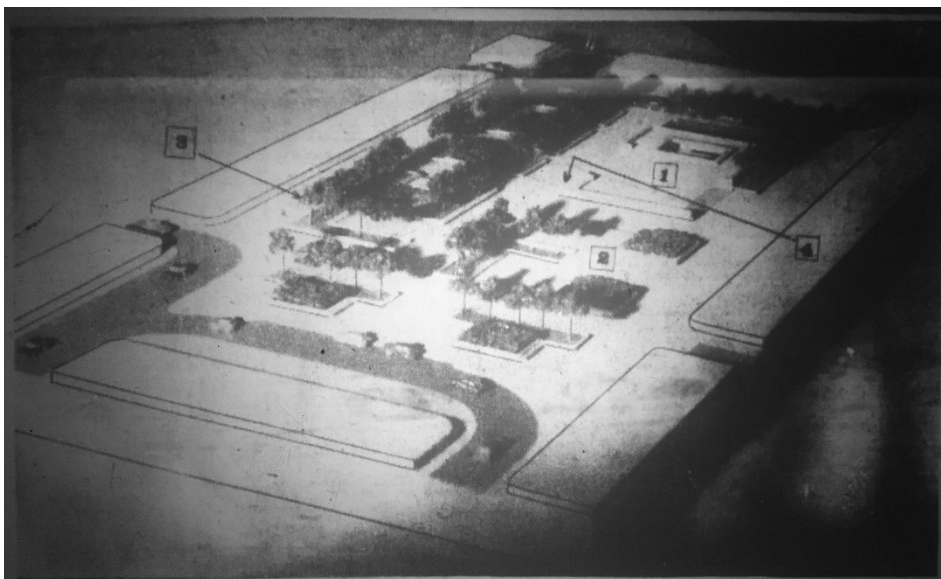
Dessa forma, conforme Neudson Braga, foi formada uma equipe composta por alunos sob a orientação do Professor Jorge Bach Assumpção Neves, responsável pela disciplina de Urbanismo². Para a Escola, o projeto representava a oportunidade de aliar o ensino à prática, com a elaboração de estudos prévios, como entrevistas com a população e estudos de tráfego de pedestres e veículos, sendo os membros do corpo discente os principais agentes.

O ritmo de elaboração do projeto da Praça era lento, principalmente por dois motivos: o trabalho, não remunerado, era efetuado em horários de folga de professores e alunos e era impactado pela falta de consenso entre os membros da equipe sobre as decisões projetuais (Castro, 1991).

Como parte do processo de concepção, eram elaborados alguns estudos, dentre eles, maquetes que apresentavam as composições com os elementos já pactuados entre a equipe. De acordo com Castro (1991, p. 67), "Como se tratava de um projeto coletivo, decidira-se empregar o método da superposição das várias propostas individuais, procurando extrair uma solução que representasse o pensamento da maioria".

Diante da cobrança por resultados feita pela Prefeitura – que já havia iniciado as obras de demolição em 02 de julho de 1968, conforme o jornal *O Povo* – uma das maquetes foi selecionada para representar o projeto, cuja única imagem encontrada foi a divulgada no mesmo jornal três dias depois (Figura 5).

Figura 5: Foto da maquete do projeto proposto pela equipe da Escola de Arquitetura da UFC veiculada pelo jornal O Povo. Em primeiro plano, observa-se a Travessa Pará, no lado esquerdo, o trecho da Rua Floriano Peixoto e no lado direito, o trecho da Rua Major Facundo que foi fundido à Praça.



Fonte: Jornal O Povo do dia 05 de julho de 1968

Observa-se que boa parte da proposta se fundamentava em uma alteração urbanística: a supressão das ruas Floriano Peixoto e Major Facundo, as quais seriam transformadas em vias pedonais, ampliando o espaço da Praça, que naquele momento se encontrava com um tamanho reduzido “com uma área retangular demarcada por lados de 80 metros de largura e 130 metros de comprimento” (Castro, 1991, p. 67). A proposta também compreendia a adição do terreno onde anteriormente se situava o Abrigo Central.

A modificação proposta para as vias supracitadas foi o principal objeto de resistência por parte dos comerciantes cujos estabelecimentos se situavam no entorno da Praça, segundo Neudson Braga. As alegações eram de que, com a alteração do fluxo de veículos, o acesso às lojas ficaria muito restrito, uma vez que seria permitido seu tráfego somente pelas Ruas Travessa Pará e Dr. Pedro Borges, limitantes norte e sul, respectivamente. Essa posição, defendida pela Associação Comercial, foi debatida em reunião com o Prefeito, os representantes do comércio varejista e os arquitetos da Escola, ocorrida no dia 11 de setembro de 1968 no gabinete da Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV) (O Povo, 12 de setembro de 1968). Porém, a posição dos comerciantes foi acatada pelo Prefeito, ainda que este concordasse com a proposta da equipe da Escola de Arquitetura da UFC (Castro, 1991).

A decisão foi duramente criticada em editorial intitulado “Entre a técnica e o palpite”, publicado no jornal O Povo do dia 15 de setembro de 1968. Ao editorial soma-se outras críticas à modificação do projeto, todas direcionadas à alteração do trânsito. Tais manifestações podem ser entendidas como um reconhecimento que a profissão e a Escola tinham na cidade, bem como são sintomáticas da época, quando havia a valorização do saber técnico no que dizia respeito ao espaço urbano. É interessante observar que não foram encontradas críticas ao projeto de paisagismo desenvolvido para o logradouro, provavelmente motivadas pelo desejo da sua renovação.

A aceitação da proposta dos comerciantes varejistas foi a principal motivação da ruptura do acordo entre a Prefeitura e a Escola, oficializada por meio da carta escrita por Neudson Braga, diretor da Escola na época. O documento foi publicado no jornal O Povo no dia 14 de setembro de 1968, onde encontram-se alguns trechos bastante

elucidativos, especialmente sobre a participação do Prefeito e as referências utilizadas para o projeto:

A cooperação desta Escola, graciosa, aliás, prendeu-se a solicitações de V. Ex.^a que, disposto a modificar hábitos e renovar a inalterada e inalterável malha urbana secular do centro da cidade, muitas vezes nos honrou com sua presença em nessa casa de trabalho, frequentando mesmo, nêsse mister, de nossos gabinetes de estudo e salas de desenho.

Os professores arquitetos desta Escola, único centro profissional do Ceará em que se estudam os problemas em jôgo na remodelação da Praça do Ferreira, ofereceram proposta consoante uma visão nova de tratamento do espaço urbano, inteiramente aceita alhures, como pôde perceber V. Ex.^a quando de sua recente viagem à Alemanha, de onde trouxe livros especializados que ofertou à nossa Biblioteca, livros dos quais constam soluções semelhantes, implantadas em inúmeras cidades daquele país.

Dessa carta, pode-se compreender algumas questões cujas respostas não foram possíveis, dada a ausência de documentação e registros oficiais. O projeto para a Praça foi acompanhado de perto pelo Prefeito, o qual contribuiu trazendo referências de soluções projetuais vindas do exterior. As formas desenvolvidas foram elaboradas sob um forte desejo de modernização, uma vez que não se pretendia apenas repetir a tradicional fórmula de ajardinamento com esculturas e fontes.

Por isso é que faz necessário observar, que apesar da desistência da Escola em continuar realizando o projeto, este foi levado adiante pelo Prefeito. Porém, após o rompimento, não houve a contratação de outro profissional para elaborar um novo projeto ou desenvolver o estudo preliminar apresentado pela Escola de Arquitetura. A maquete confeccionada foi transferida para a SUMOV, “onde tomada como ponto de referência, foi interpretada por terceiros, que se permitiram alterações e adições desfiguradoras” (Castro, 1991, p. 69).

A continuidade da obra foi anunciada no jornal O Povo do dia 16 de setembro de 1968 sob a manchete “Dividido em duas etapas o projeto da Praça do Ferreira”. A primeira etapa compreenderia a construção do espaço da Praça propriamente dita, com as curvaturas para o trânsito de carros mantidas nas ruas Pedro Borges e Travessa Pará. A segunda, abrangeria o “alargamento das ruas colaterais à praça, como a General Bezerril, Rosário e Sena Madureira, consideradas como dentro da planificação da cidade para futuras modificações” (O Povo, 1968).

Das duas etapas, a primeira foi efetuada, porém não foram encontrados indícios da execução da segunda. Tampouco foram localizados os profissionais que desenvolveram o projeto após a saída da Escola de Arquitetura, uma vez que não há registros oficiais nem na Prefeitura e nem no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). A única informação é a noticiada pelo jornal O Povo no dia 17 de setembro daquele ano. Na matéria, consta que a empresa responsável pela execução da “estrutura de concreto do pavimento subterrâneo da praça” foi a Construtora SADES, ganhadora de concorrência pública com proposta de 83 mil Cruzeiros Novos aprovada pela SUMOV, da qual seria o responsável técnico o engenheiro civil Joacy Demétrio de Souza. Tais informações, no entanto, não puderam ser confirmadas no Diário Oficial do Município, visto que nesse documento não há esses registros.

A reforma da Praça continuou a ser noticiada pela imprensa, principalmente, as questões vinculadas ao trânsito de veículos no entorno do logradouro. A diretoria do Clube dos Advogados, ainda inconformada com a decisão do Prefeito, organizou uma reunião com o intuito de discutir esse assunto no dia 18 de setembro de 1968, à qual compareceram os arquitetos Jorge Neves, Neudson Braga e Liberal de Castro. O

Prefeito não compareceu à referida reunião, encerrando definitivamente o debate (Figura 6).

Figura 6: Reunião que ocorreu no Clube dos Advogados para debates as mudanças no trânsito propostas para a Praça.



Fonte: Jornal O Povo de 19 de setembro de 1968

O fato é que, naquele momento, a Praça já estava demolida e com um ritmo de evolução das obras lento. Apenas em 25 de dezembro de 1969, data de sua inauguração, sua nova conformação pôde ser vista de forma completa, apresentando canteiros altos de formatos geométricos e bastante vegetados, o que contribuiu para que ficasse conhecida popularmente como a Praça dos Jardins Suspensos.

A PRAÇA DOS JARDINS SUSPENSOS OU A MODERNA PRAÇA DO FERREIRA DE 1969

Após a reforma, a Praça do Ferreira apresentou uma configuração espacial recortada e continuou a ter por limitantes as ruas Floriano Peixoto e Major Facundo, a leste e oeste, respectivamente, e Travessa Pará, ao norte, e Rua Dr. Pedro Borges, ao sul (Figura 7).

Figura 7: Reconstituição da configuração da Praça após a reforma concluída em 1969.



LEGENDA

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------|
| E1 - Hotel Excelsior | Piso em ladrilho vermelho |
| E2 - Hotel Savannah | Canteiros |
| E3 - Edifício Sul América | Árvore |
| E4 - Igreja Nossa Senhora do Rosário | Carnaúba |
| E5 - Palacete Ceará | |
| E6 - Cine São Luiz | |

Fonte: autoria própria com mapa base de Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon

Os canteiros geométrizados e com os pisos elevados à altura do assento dos bancos ainda eram os que constavam da proposta elaborada pela Escola, inspirada nos jardins de sua sede, projetados por Haroldo Barroso³ (Figura 8). Porém, diferentemente dos jardins da Escola, cujos canteiros chegavam a aproximadamente 45 cm de altura, a dimensão vertical que os canteiros ajardinados da Praça do Ferreira chegaram a atingir em alguns trechos, (mais de 1 metro) pode ter sido responsável pela alcunha de “Praça dos jardins suspensos”.

Figura 8: Reconstituição da planta baixa jardins da Escola de Arquitetura da UFC na década de 1980.



Fonte: Autoria própria com base nas plantas cedidas por Baden Vieira.

O mobiliário urbano foi reduzido e proposto sob premissas bastante funcionais. Os bancos, cujo modelo anterior era pré-fabricado em concreto, foram construídos em concreto armado, tendo por encosto as muretas das jardineiras (Figura 9). Esculturas ou quaisquer obras de arte foram eliminadas.

Figura 9: Bancos e jardineiras da Praça do Ferreira, cerca de 1980. Fotografia realizada a partir do interior da Praça. Ao fundo, o edifício do Cine São Luiz.



Fonte: Acervo Nirez

A grande área de canteiros acabou por fornecer uma das versões mais vegetadas da Praça⁴, oferecendo um belo contraste entre formas e cores, com a larga utilização de

herbáceas, arbustos e árvores, entre espécies nativas e exóticas tropicais (Quadro 1), o que sinaliza uma influência do paisagismo desenvolvido por Burle Marx, bastante difundido naquele momento.

Quadro 1: Vegetação identificada na Praça do Ferreira após exame da iconografia da década de 1970.

Ano de intervenção	Nome Popular	Nome Científico	Estrato	Origem geográfica
1969	Abacaxi roxo	<i>Tradescantia spathacea</i>	Herbácea	Exótica
	Tinhorão	<i>Caladium bicolor</i>	Herbácea	Exótica
	Adenantera	<i>Adenanthera pavonina</i>	Árvore	Exótica
	Canafístula	<i>Peltophorum dubium</i>	Árvore	Nativa
	Cassia siamesa	<i>Senna siamea</i>	Árvore	Exótica
	Ficus benjamim	<i>Ficus benjamina</i>	Árvore	Exótica
	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Árvore	Exótica
	Mata-fome	<i>Acacia obliquifolia</i>	Árvore	Exótica
	Mini flamboyant	<i>Caesalpinia pulcherrima</i>	Árvore	Exótica
	Carnaúba	<i>Copernicia prunifera</i>	Palmeira	Nativa
	Licuala	<i>Licuala grandis</i>	Palmeira	Exótica
	Palmeira Imperial	<i>Roystonea oleracea</i>	Palmeira	Exótica

Fonte: autoria própria.

A utilização de herbáceas de folhagem colorida em contraste com o piso cimentício vermelho e cinza era a responsável pela estética modernista que dominava a composição formal do logradouro, próprio do tratamento pictórico que foi destinado aos jardins modernos (Figura 10).

Figura 10: Vista aérea da Praça do Ferreira. Em primeiro plano, percebe-se o contraste entre o verde da vegetação implantada nos canteiros e os platôs elevados revestidos em piso na cor vermelha. No canto inferior esquerdo, nota-se o trecho da Rua Guilherme Rocha que foi incorporado à Praça. Em segundo plano, a Rua Floriano Peixoto e o Palacete Iracema. Foto provavelmente datada da década de 1970.



Fonte: Acervo Nirez

A escolha do piso que recobria o restante da praça denota a necessidade de demonstrar a modernização da cidade: pedra portuguesa preta e branca, paginada como as calçadas de Copacabana, no Rio de Janeiro, conforme foi noticiado pelos jornais⁵ (Figura 11). A seleção do revestimento se deu pela Prefeitura, uma vez que na matéria que apresentava a maquete elaborada pela Escola de Arquitetura, do dia 05 de julho de 1968, noticiava que o logradouro seria revestido por “pedra portuguesa de cor escura vinda de Minas Gerais”.

Figura 11: Revestimento da Praça em execução, com paginação geométrica no “padrão Copacabana”, conforme noticiado pelo jornal O Povo.



Fonte: Jornal O Povo do dia 27 de março de 1969

Outra questão importante foi o seu traçado recortado pela presença dos canteiros, que combinados à paginação de piso, fragmentavam o espaço da Praça, subdividindo-o e deixando-o em franco contraste com o anterior, efetuado em 1933, que era caracterizado pela amplitude espacial e convergência para a Coluna da Hora.

A setorização dos espaços livres em outros de menor dimensão, conformando pequenas áreas de estar, como o que ocorreu na Praça do Ferreira naquele momento, era uma das características do paisagismo moderno desenvolvido nas praças modernas brasileiras. Segundo Silvio Soares Macedo (2010, p. 98):

A praça moderna já não apresentava caminhos que conduziam o passeio. A composição dos pisos, canteiros e vegetação criava espaços interligados, capazes de conduzir o usuário que apenas passava e, ao mesmo tempo, de atraí-lo e abrigá-lo junto a pequenos estares contemplativos ou recreativos. Essa proposta provoca uma forte ruptura formal entre os projetos ecléticos e modernos, derivada da alteração da função do espaço, uma vez que, na praça moderna, os espaços são criados para serem usados e para a permanência dos frequentadores ...

No caso do objeto de estudo desse artigo, a organização espacial em pequenas áreas de estar como acima explanado, por carecer de articulação entre os espaços, acabou se transformando em recortes muito impactantes, provavelmente por causa do formato das jardineiras e dos desníveis que cada área possuía (Figura 12).

Figura 12: Vista do interior da Praça em direção à Rua Pedro Borges. Nota-se as pequenas áreas de estar com bancos sombreados pelas árvores plantadas nos canteiros altos. A mureta dos canteiros funcionava como uma barreira visual e dificultava a comunicação com o exterior do logradouro.



Fonte: Acervo Nirez

Os canteiros, somados aos platôs representados pelo piso avermelhado, apesar de terem contribuído com o aumento da área vegetada, acabaram por comprometer a fluidez de trânsito e a visão global do espaço (Figura 13). Tal prejuízo foi atribuído à falta de compreensão da proposta e desconhecimento da altura estipulada para os canteiros-banco pelos técnicos da SUMOV, que de acordo com Castro (1991, p.70):

[...] estipularam-na por decisão própria. Como não percebiam que a Praça acusa um caimento pronunciado no sentido do mar (em torno de 1,75 m entre as faces norte e sul), ao tomarem os níveis dos canteiros, chegaram até a iniciá-los com alturas razoáveis, mas desastrosamente fizeram terminá-los com cotas bastante elevadas...

A expressiva massa vegetal que compunha o espaço atendia a dois propósitos principais, o estético, como descrito acima, e o funcional, com a amenização das condições climáticas do logradouro, a fim de que os estares pudessem ser utilizados ao longo do dia para a permanência (Figura 14).

Figura 13: Altura dos platôs e jardineiras tornaram o espaço pouco acessível física e visualmente, tornando o espaço da Praça pouco convidativo. Fotografia tirada a partir da Rua Floriano Peixoto, próximo ao trecho da Rua Guilherme Rocha que foi incorporado à Praça.



Fonte: Acervo Nirez

Figura 14: Vista aérea da Praça do Ferreira. No canto inferior direito, nota-se a Rua Floriano Peixoto. Ao fundo, o Cine São Luiz, o Excelsior Hotel, o Hotel Savannah e o Edifício Sul América. Percebe-se a grande massa vegetada que compunha a Praça, com as árvores majoritariamente plantadas dentro dos canteiros altos, alterando a escala do lugar em relação à altura do observador.



Fonte: Acervo Nirez

No entanto, entende-se que o somatório das formas dos platôs e jardineiras e a vegetação aproximam conceitualmente o espaço mais a um jardim do que a uma praça. A grande massa edificada da Galeria Antônio Bandeira, edificação semienterrada implantada aproximadamente no centro do espaço livre público também impedia que o logradouro cumprisse as funções relacionadas às grandes aglomerações de pessoas, típicas de uma praça (Queiroga, 2001), corroborando com a ideia de que foi destinado ao espaço muito mais um tratamento de jardim. A continuidade espacial e a franca comunicação do espaço com os edifícios de seu entorno, outra característica singular de uma praça, também ficaram comprometidas com a construção da Galeria, a qual representava um grande obstáculo visual (Figura 15).

Figura 15: Vista da Galeria Antônio Bandeira a partir do interior da Praça. Ao fundo, no canto direito, percebe-se parte do Cine São Luiz.



Fonte: Acervo Nirez

Duas das questões supracitadas – a falta de continuidade espacial e de espaço para aglomeração – contribuíram para subsidiar a ideia de que a Praça foi assim construída para atender os interesses da Ditadura Militar, que naquele período vigorava no país, como se pode perceber nas palavras de Alberto Galeno (1991, p. 08):

O que haviam pretendido com a malsinada reforma fora afastar o povo do lugar. [...] nenhum governante até então havia chegado ao extremo de destruir o logradouro com o fim de evitar os ajuntamentos populares, de impedir que os cidadãos se comunicassem, que houvesse a troca de ideias.

A menção à destruição da Praça se deve, muito provavelmente, à extinção de sua configuração anterior e, especialmente, de dois dos principais símbolos do lugar, a Coluna da Hora e o Abrigo Central.

Entretanto, observa-se, acompanhando a narrativa do processo de construção da Praça, que não há subsídios que permitam afirmar que o impedir a concentração de pessoas em seu espaço fosse uma diretriz projetual expressamente estabelecida. Porém,

percebe-se que o tradicional espaço de aglomeração na Praça, que possibilitava a realização de debates políticos, comícios ou blocos de carnaval, havia se perdido com a configuração espacial extremamente recortada promovida pelos novos elementos arquitetônicos implantados no logradouro.

O uso da nova Praça, no entanto, não se alterou substancialmente, continuando a ser o de lazer passivo, ainda mais depois do crescimento das árvores, as quais propiciavam amplas áreas de sombra. Com o passar do tempo, com o crescimento substancial do comércio informal na cidade, a Praça passou a abrigar pequenos pontos desse tipo de atividade, que chegaram a um número de 34 em 1990, conforme levantamento efetuado pelos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon⁶.

Um fato interessante, porém, a se observar, é que a nova configuração da Praça, coadunava-se com o tratamento destinado a outras praças como a Praça Franklin Roosevelt em São Paulo, cujo projeto foi elaborado em 1969 e a Praça Zacarias, em Curitiba, a qual apresentava conformação semelhante na década de 1960 (ROBBA e MACEDO, 2010). Tais desenhos denotam um alinhamento de ideias, que provavelmente foi propiciado pelas revistas de arquitetura, as quais se encontravam em número expressivo no acervo da biblioteca da Escola de Arquitetura na época⁷.

Embora não se possa afirmar que tenha existido qualquer influência direta dos exemplos acima apresentados, a semelhança entre os logradouros permite perceber que havia um modo de pensar o espaço influenciado pelos preceitos do paisagismo moderno, principalmente no que se refere à geometrização abstrata dos seus elementos e à criação de áreas de permanência de menores dimensões. A Praça do Ferreira, mais uma vez, a exemplo do que ocorrera em 1902 e 1933, se (re)conformava, de uma forma ou de outra, de acordo com a cultura arquitetônica de sua época e ao sabor da vontade política do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de intervenção paisagística na Praça do Ferreira iniciado em 1968 e finalizado em 1969 permite compreender algumas questões importantes no que diz respeito ao desenvolvimento do paisagismo moderno nos espaços livres públicos da cidade.

É possível perceber a influência de alguns preceitos paisagísticos modernos sobre as concepções paisagísticas elaboradas pela Escola de Arquitetura da UFC, apesar da inexistência de uma disciplina de Paisagismo na época. Tal percepção é possível a partir da identificação de algumas características do paisagismo moderno que vinha se desenvolvendo no país naquele período, apesar da alteração decorrente da interrupção do projeto e sua execução incorreta.

Nesse sentido, observa-se que o projeto documentado nesse artigo sinaliza uma circulação de ideias na cidade, tanto no âmbito do ensino de arquitetura, quanto na gestão municipal. Referências internacionais, como as que foram fornecidas pelo Prefeito por meio dos livros trazidos da Alemanha e as referências modernistas nacionais, a partir da formação dos professores no Rio de Janeiro e da constituição de um grande acervo de revistas na biblioteca da Escola dão indícios do contato com as ideias modernas acerca da produção do espaço urbano.

Considera-se que um dos contributos mais relevantes da documentação desse projeto e de seu processo de implantação é a preservação da memória arquitetônico-paisagística da cidade. Para além da documentação, considera-se também pertinente apontar que esse estudo suscita algumas inquietações para as quais ainda não se tem respostas, especialmente quando se reflete sobre a relação entre o impacto dessa obra e o desenvolvimento tardio da disciplina de paisagismo na Escola de Arquitetura da UFC e seus desdobramentos na formação dos arquitetos da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRO, José Liberal de. A praça do Ferreira de 1968. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, v. 105, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2 ed. Fortaleza: BNB, 1979. 257 p.

MENEZES, Patrícia. **Fortaleza de ônibus: quebra-quebra, lock out e liberação na construção do serviço de transporte coletivo de passageiros entre 1945 e 1960**. 2009. 243 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. 368 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, 311 p.

ROCHA, Fernanda Cláudia Lacerda. **Os jardins residenciais de Roberto Burle Marx em Fortaleza: entre discontinuidades e conexões**. 2015. 110 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX**. 2016. 406 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONTES PRIMÁRIAS

DEMOLIÇÃO do Abrigo. **O Povo**, Fortaleza, p. 1, 04 mai. 1966.

A NOVA Praça e o trânsito. **O Povo**, Fortaleza, p. 11, 05 jul. 1968.

ENTRE a técnica e o palpite. **O Povo**, Fortaleza, p. 3, 14 e 15 set. 1968.

MUDANÇA no plano da Praça do Ferreira: arquitetos discordam e abandonam o projeto. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 14 e 15 set. 1968.

DIVIDIDO entre duas etapas o projeto da Praça do Ferreira. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 16 set. 1968.

ADVOGADOS vão promover debate sobre a Praça. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 17 set. 1968.

APÓIO à Praça: advogados favoráveis ao projeto da Praça e Prefeito defende fechamento proporcional. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 19 set. 1968.

UM toque de beleza na nova Praça. **O Povo**, Fortaleza, p. 8, 27 mar. 1969.

NOTAS

¹ Entrevista realizada em 24 de junho de 2018.

² Ainda não havia a disciplina de Paisagismo na época, visto que foi inserida no currículo apenas em 1977.

³ Informação obtida em entrevista com o arquiteto Neudson Braga no dia 24 de agosto de 2018.

⁴ Outro momento em que a Praça teve uma área ajardinada de vulto foi 1902 com a construção do Jardim Sete de Setembro.

⁵ Não foi encontrado nenhum memorial descritivo do projeto, de maneira que tal fato foi observado a partir da notícia do jornal O Povo do dia 01 de fevereiro de 1969.

⁶ Dado fornecido em entrevista concedida em 24 de abril de 2019.

⁷ Exemplares das revistas Acrópole, Módulo, Habitat e Arquitetura, todos da década de 1960, divulgavam os projetos de praças em São Paulo realizados por Rosa Kliass e Miranda Magnoli, bem como os projetos elaborados por Burle Marx para o Parque do Ibirapuera (1953) e o Parque do Aterro do Flamengo (1961), com um número maior de matérias sobre o último. Projetos para as praças de Brasília, como a Praça do Três Poderes, também figuravam entre os mais noticiados.